



## POLÍTICA DE INDEXAÇÃO COMO RECURSO DE GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO

### *Indexing policy as an information unit management resource*

**Lilian Morais Brum**

Mestranda em Gestão e Organização do  
Conhecimento. Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte, Estado: Minas Gerais, País: Brasil.  
lilianmorasbrum@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-0897-2299>

**Benildes Coura M. S. Maculan**

Doutora em Ciência da Informação. Universidade  
Federal de Minas Gerais.  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
benildes@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0003-4303-9071>

### RESUMO

**Objetivo:** Este artigo é parte de um estudo em nível de mestrado que tem por objetivo a formalização de um instrumento com diretrizes e normas. Este artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos que tornam a política de indexação um instrumento de gestão de unidades de informação focado na qualidade de prestação de serviços. **Método:** O método utilizado neste estudo até o momento de produção deste artigo foi revisão bibliográfica com aporte em documentação da unidade de informação selecionada para ser aplicada a teoria. **Resultado:** Os resultados neste estudo são parciais tendo em vista que não foi concluída a proposta final. Como resultados parciais, foram levantados alguns modelos de Políticas de Indexação, alguns estudos no contexto de desenvolvimento e aplicação, diagnóstico situacional da unidade em que será desenvolvida a segunda parte do estudo e, também, o entendimento de que a origem desta tipologia de instrumento administrativo é a disciplina de Organizações e Métodos, Sistemas, Organizações e Métodos, oriundos da área de Administração. **Conclusões:** Entendendo que a Política de indexação pode ser abordada de duas formas distintas, a entender para este estudo a aplicação desta para a contribuição da gestão da unidade de informação, compreendê-la como um instrumento administrativo abre uma porta para corroborar nos estudos de bibliotecas como organizações, e ampliar suas habilidades administrativas e gerenciais, com foco na satisfação de seus usuários e na qualidade de prestação de produtos e serviços.

**Palavras-chave:** Política de Indexação. Gestão de Unidades de Informação. Bibliotecas Universitárias.

## ABSTRACT

**Objective:** This article is part of a master's level study to formalize an instrument with guidelines and standards. This article presents some aspects that make the indexing policy an instrument for managing information units focused on the quality-of-service provision in search of satisfying informational demands in providing results for its community. **Method:** The method used in this study until the production of this article was a bibliographic review with documentation from the information unit selected to apply the theory. **Result:** The results in this study are partial, considering that the final proposal was not completed. As partial results, some models of Indexing Policies were raised, some studies in the context of development and application, situational diagnosis of the unit in which the second part of the study will be developed, and also, the understanding that the origin of this type of administrative instrument is the discipline of Organizations and Methods/Systems, Organizations and Methods, originating from the Administration area. **Conclusions:** Understanding that the Indexation Policy can be approached in two different ways, understanding for this study the application of this to the contribution of the unit's management of information, understanding it as an administrative instrument opens the door to corroborate studies of libraries as organizations, and expand their administrative and managerial skills, focusing on user satisfaction and the quality of product and service provision.

**Keywords:** Indexing Policy. University Libraries. Management of Information Units.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo se caracteriza como estudo de caso único tendo em vista “consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 60).

As bibliotecas enquanto ambiente de gestão da informação e do conhecimento possui características de organização sem fins lucrativos. E sob essa perspectiva é desenvolvido este estudo, diante do entendimento do espaço da biblioteca como um ambiente que promove acesso à informação e viabiliza a formulação de novos conhecimentos. Dentro desse ponto de vista, é importante destacar que se faz

indispensável a utilização de instrumentos pensados para auxiliar a gestão de organizações com métodos holísticos, quando é possível visualizar todo o processo.

Esses instrumentos são conhecidos na área administrativa como Instrumentos Organizacionais ou Administrativos que têm como objetivo o alcance de qualidade na prestação de serviços e produtos. Esse nome se deve ao fato de que suas elaborações e aplicação tem em seu foco direto a adequação, padronização e avaliação de resultados. Araújo (1985), Oliveira (1992) e Chinelato (1993) tratam de instrumentos organizacionais ou administrativos e apresentam alguns deles: Fluxogramas, Manuais Administrativos, Políticas e Organogramas.

Nas bibliotecas, a utilização desses instrumentos é de suma importância, embora sejam poucos os casos existentes. As políticas, por exemplo, são aplicáveis nesses ambientes em diferentes níveis, em processos desenvolvidos de forma rotineira. Dessas tantas possibilidades de Políticas, neste estudo é tratada a Política de Indexação como apoio à gestão em bibliotecas.

Na literatura brasileira sobre Políticas de Indexação há o estudo pioneiro de Carneiro, publicado em 1985, em que a autora compilou diretrizes (requisitos, elementos e suas variáveis) para a elaboração de uma política de indexação em bibliotecas. Depois disso, há as investigações de pesquisadores tais como Isidoro Gil-Leiva, Mariângela S. L. Fujita e Milena Polsinelli Rubi, que também entendem as políticas de indexação como um instrumento de gestão de unidades de informação. Essa gestão, segundo Ramos (1996, p. 4), “compreende a definição da estrutura interna de operação, [...] dos processos de produção e dos produtos a serem gerados, a montagem de grupos de trabalho, divisão do poder com a atribuição de responsabilidades e tarefas”, e também envolve “a obtenção e a distribuição de recursos físicos e humanos compatíveis com o trabalho a ser realizado, propiciando a montagem de uma infraestrutura de trabalho”. Por sua vez, Nonato (2022, p. 107) afirma que a gestão da informação é constituída por três elementos básicos: o ciclo de vida da informação (todo o percurso da informação na organização), a gestão organizacional (definição dos produtos e serviços apropriados ao público-alvo), e a tecnologia da informação (meio utilizado para sustentar a eficiência e eficácia na recuperação da informação e no oferecimento de produtos e serviços).

Para Luporini (1985, p. 20) a organização pode ser entendida como uma relação de deveres ou funções para a execução de objetivos definidos. A distribuição desses deveres e funções de modo acertado é que determina a boa e pode ser determinante para o sucesso das atividades desenvolvidas numa unidade de informação. Assim, para garantir uma gestão eficiente é necessário que sejam definidos objetivos claros e coerentes com as necessidades dos usuários. Esses objetivos devem estar alinhados com a missão da instituição e com as políticas e diretrizes estabelecidas pela administração da unidade de informação.

A comunicação é importante em todos os níveis da organização tanto verticalmente, de superior para subordinado e vice-versa, quanto horizontalmente, entre todos os integrantes da organização, mesmo alocados em diferentes setores (Almeida, 2011, p. 41).

É fundamental também que sejam elaborados planos de ação e projetos que contemplem todas as atividades necessárias para atingir esses objetivos. Ademais, a gestão de unidades de informação também envolve a gestão de recursos, como orçamento, pessoal, equipamentos e infraestrutura, como lembrado por Carneiro (1985), Maciel e Mendonça (2000) e Almeida (2011). É importante que sejam desenvolvidos planos de orçamento que garantam a manutenção da infraestrutura e aquisição de novos materiais e equipamentos, além de garantir uma equipe capacitada e bem treinada para atender às necessidades dos usuários. Dessa maneira, a gestão da informação é essencial para manter o funcionamento da unidade de informação enquanto organismo dinâmico.

Uma gestão da informação prescinde de uma política de indexação, e, em bibliotecas universitárias, por exemplo, existem políticas desde a aquisição de documentos até o descarte, passando por processos de catalogação, de indexação e classificação, chegando a requisitos para a recuperação e encontrabilidade da informação, visto que é um guia de ações que visa assegurar que o usuário tenha acesso à informação que demanda.

Encontrabilidade da informação traz um discurso profícuo para a Ciência da Informação, ao alinhar o conceito proposto à intencionalidade dos sujeitos e à contribuição destes para a organização e a representação da informação em

ambientes informacionais tradicionais, digitais e/ou híbridos (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 12).

Por vezes, é possível encontrar unidades de informação que não possuem suas políticas de indexação devidamente registradas, o que acarreta em possíveis lacunas e obstáculos para a sua gestão, sendo necessário um esforço da equipe de bibliotecários no sentido de formalizar tais políticas.

Fujita e Santos (2016) investigaram bibliotecas universitárias nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e observaram que a maioria delas não tinha uma política de indexação formal. E uma exploração inicial realizada em março de 2023, no sistema da rede de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), evidenciou que esse resultado perdura nesse sistema. Ademais, a exploração inicial da literatura indicou um número pequeno de relatos de implantação formal de políticas de indexação em unidades de informação. Um exemplo é o da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), que é um trabalho colaborativo coordenado pela pesquisadora Mariângela Fujita.

Na perspectiva desse problema, este estudo tem como objetivo a formalização das práticas de gestão já existentes da equipe da Biblioteca Universitária Professora Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, promovendo reflexões acerca das políticas de indexação em bibliotecas universitárias. A escolha dessa unidade de informação se deve ao fato da proximidade geográfica e pela relação de confiança que há entre a proponente deste estudo com a equipe da biblioteca. Também foi levado em consideração que a unidade de informação em questão é uma biblioteca universitária de um curso de Biblioteconomia e, como tal, já deveria possuir uma política de indexação devidamente formalizada, que sirva de referência para os alunos, que serão futuros bibliotecários.

O problema da ausência de políticas formalmente registradas em uma unidade de informação prejudica a gestão da informação, e seu desenvolvimento se justifica porque se pressupõe que a formalização resultará em economia de recursos humanos, materiais e financeiros, e contribuir para a satisfação do usuário, assegurando-se padronização, que dá maior consistência aos produtos e serviços de informação. Isso é abonado pela

afirmação de que a essência da política de indexação é determinar “variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas” (Carneiro, 1985, p. 222). A formalização da política de indexação, segundo Oliveira (2017, p. 43), é primordial, pois ela “garante uniformidade e padronização na análise e atribuição de descritores de assunto, o que irá favorecer diretamente o tratamento temático e a recuperação da informação”. Nunes (2004, p. 57 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 49) acrescenta que “em primeiro lugar a política de indexação deve ser enunciada formalmente num documento oficial da biblioteca ou serviço de informação”, para, em seguida, ser estabelecido “o tratamento que será dado aos diferentes domínios disciplinares cobertos pelo acervo da biblioteca”.

## 2 GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO E USO DE INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS

No contexto histórico, segundo Martins (2002, p. 82), durante a idade média houve três tipos diferentes de bibliotecas, pelo que é conhecido hoje como “entidade Mantenedora” as bibliotecas monacais; bibliotecas das universidades e bibliotecas particulares, que em virtude da evolução natural foram transformadas em bibliotecas oficiais e públicas. A gestão da informação na época, embora possa ser considerada restritiva, é de justo valor reconhecer a importância da gestão das bibliotecas nessa fase histórica, sendo considerado nesse ponto a prática de cópias dos manuscritos, assim como a preservação desses espaços realizados por monges a ser notada sua importância para esses produtores e usuários.

Embora tenha sido uma época de muitos acontecimentos no campo biblioteconômico, o grande acontecimento, ainda segundo Martins (1996, p. 89) o surgimento das bibliotecas universitárias seriam um marco no destino de toda civilização e dos próprios livros em si. Com a laicização das bibliotecas além de:

Assiste-se ao aparecimento, no bairro das escolas, dos escribas e miniaturistas laicos, logo unidos em poderosa associação. Velhas ruas nos arredores de Saint-Séverin, conservam as lembranças desse comércio onde[...] se estabeleceram os

miniaturistas. A entrada no jogo da clientela laica e dos artesãos laicos modificou profundamente, durante o século XIII, os aspectos tradicionais da arte do livro (Martins, 2002, p. 89)

Trazendo para um período mais contemporâneo, a gestão é essencial para garantir o funcionamento adequado de um sistema de informação. Sobre isso, Maciel e Mendonça (2000, p. 7) destacam “que por serem muito ocupados com suas demandas urgentes os bibliotecários acabam por desconsiderar ações gerenciais com menor cobrança imediatista.” Discorrendo sobre a gestão em unidades e informação, Almeida (2011, p. 01) relata que já existia o interesse nesta questão desde o início do século XX, mas, num primeiro momento, o foco estava voltado ao controle de métodos, padrões, capacidade e incentivos de produção.

Anzolin (2009, p. 1) afirma que “as transformações econômicas e sociais, a explosão informacional, a competitividade, trouxeram a necessidade de rever os processos que envolvem as bibliotecas e seus serviços, como registrar, recuperar e fornecer informações”. Ramos (1996, s.n.) relata que cada vez mais a gestão é reconhecida como uma atividade com importância para o sucesso de um empreendimento. Quando se sabe gerenciar uma unidade de informação desde o início de suas atividades, e isso garante melhor aplicação de recursos (humanos, material e financeiro). O que se entende por recursos nesse contexto, orçamento, pessoal, equipamentos e infraestrutura, como lembrado por Carneiro (1985) Maciel e Mendonça (2000) e Almeida (2011).

É importante que sejam desenvolvidos planos de orçamento que garantam a manutenção da infraestrutura e aquisição de novos materiais e equipamentos, além de garantir uma equipe capacitada e bem treinada para atender às necessidades dos usuários. Sobre esse aspecto Campello (1998, p. 4) destaca que “as pessoas querem acesso à informação por vários motivos, e a função dos bibliotecários é possibilitar esse acesso. Eles são mediadores entre os usuários e os registros do conhecimento e, mediante seu trabalho”.

Assim, para um gestor desempenhar bem o seu papel é preciso que ele conheça a função exercida, a verdadeira dimensão do trabalho, além de conceitos e ferramentas que possam auxiliar o desempenho de suas atividades.

A administração hoje é vista como um processo cíclico, cujas funções são intimamente relacionadas à interação dinâmica, em que o planejamento precede todas as demais funções. Embora, na prática, todas as funções se integrem, é o planejamento que estabelece os objetivos para o esforço do grupo (Almeida, 2011, p. 7).

“A concepção atual de administração e teoria organizacional destaca três arenas distintas onde a criação e o uso da informação desempenham um papel estratégico no crescimento e na capacidade de adaptação da empresa” (Choo, 1998, p. 27), O autor completa essa ideia elencando tais arenas:

Primeiro, a organização usa a informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo [...] **A segunda arena do uso estratégico da informação é aquela em que a organização cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado** [...] A terceira arena do uso estratégico da informação é aquela em que as organizações buscam e avaliam informações de modo a tomar decisões importantes (Choo, 1998, p. 27-29 *grifos nossos*).

No ponto de vista de organização e métodos, a biblioteca com suas características e funções pode se enquadrar como um sistema que oferece acesso à informação: “Sistema é um conjunto de partes integrantes e independentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”, conforme definição apresentada por Oliveira (1993, p.31). Assim, tanto a ideia de sistema quanto a ideia de unidade de informação ou Organização convergem para o entendimento de espaço da biblioteca da perspectiva de gestão.

Quanto à ideia de unidade de informação, na literatura é encontrado para definir ambientes de informação que trata, oferece acesso e a guarda de documentos e/ou conhecimento.

O termo Unidades de Informação é bastante utilizado no Brasil nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia [...] O termo é utilizado para contemplar as diversas instituições (ou setores) que se ocupam de produzir e oferecer serviços e produtos de informação bibliográfica (Macedo; Ortega, 2019, p. 326-327).

Macedo e Ortega (2019, p. 328) afirmam que “toda unidade é formada por partes que se articulam entre si, onde cada estrutura corresponde a uma função[...]” Funcionando de determinado modo a depender da estrutura ou sistema que representam.

Para Pinheiro e Ferrez (2014, p. 208), as unidades de informação são caracterizadas como “conjuntos de componentes relacionados entre si na coleta, processamento, armazenamento, análise, disseminação e disponibilização de informações, em determinada área”. Já Macedo e Ortega (2019) destacam que o termo “unidades de informação” foi cunhado, na literatura brasileira, por Barreto *et. al.* (1997). E o termo foi utilizado para se referir a ambientes de informação localizados em empresas, como um setor da organização que fazia gerenciamento das informações organizacionais. Nesse mesmo contexto, García-Reyes define a gestão em unidades de informação:

[...] la gestión en las unidades de información como conjunto de funciones y técnicas integradas, de ejecución simultánea, que deben aplicar de forma necesaria los cuadros directivos, como responsables del trabajo de otros, para lograr que la organización a la que pertenecen funcione y pueda alcanzar los propósitos que persigue (García-reyes, 2007, p. 12-13).

Em tradução livre: a gestão em unidades de informação como um conjunto de funções e técnicas integradas, de execução simultânea, que devem ser aplicadas de forma necessária pela equipe de gestão, enquanto responsáveis pelo trabalho de terceiros, para garantir que a organização a que pertence funcione e possa atingir os objetivos e aos propósitos aos quais se determina.

Conceitualmente, a gestão de unidades de informação inclui um conjunto de atividades que tem como principal objetivo garantir o acesso dos utilizadores e a divulgação da informação ao público. Com isso, procura satisfazer essa necessidade, assim como utiliza ferramentas e técnicas de gestão para apoiar os interesses da comunidade de utilizadores, tais como como guias do usuário, planos e políticas.

Sabendo o que define uma unidade de informação, é importante entender, também, que existem diferentes tipos de unidades de informação, são eles: Arquivo, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. O foco neste estudo são as bibliotecas universitárias, tendo sua aplicação em uma unidade específica.

As unidades de informação podem ser vistas como uma organização ou parte integrante de uma. Lacombe e Heilborn (2009, p. 35) destacam que a “Organização pode ser entendida como um processo de organizar”, e que

[...] organizar é uma das responsabilidades do administrador. Sua definição é extremamente abrangente e genérica: a organização consiste em identificar o trabalho a ser executado e distribuí-lo pelos que devem fazê-lo, de forma que os recursos sejam bem empregados (Lscombe; Heilborn, 2009, p. 35).

Para Luporini (1985, p. 20), a organização pode ser entendida como uma relação de deveres ou funções para a execução de objetivos definidos. Para garantir uma gestão eficiente, é necessário que sejam definidos objetivos claros e coerentes com as necessidades dos usuários. Esses objetivos devem ser alinhados com a missão da instituição e com as políticas e diretrizes estabelecidas pela administração da unidade de informação,

A comunicação é importante em todos os níveis da organização tanto verticalmente, de superior para subordinado e vice-versa, quanto horizontalmente, entre todos os integrantes da organização, mesmo alocados em diferentes setores (Almeida, 2011, p. 41).

É fundamental, também, que sejam elaborados planos de ação e projetos que contemplem todas as atividades necessárias para atingir esses objetivos. Nesse sentido, a utilização de instrumentos administrativos, denominados por Araújo (1989, p. 130-134) como manualização, que consiste na “elaboração e uso de manuais”. O autor apresenta alguns tipos de manuais: Manual de Organização, Manual de estrutura; manual de instruções, Manual de Normas e Procedimentos, Manual de Rotina, Manual de Procedimentos, Manual de Serviços; Manual de formulários; Manual de Sequência Administrativa e Manual de Normas. Oliveira (1992, p. 386) acrescenta o Manual de Políticas e Diretrizes; Manual do empregado e Manual de Organização.

Então, é válido dizer que a manualização consiste na elaboração e utilização dos instrumentos de maior importância para a gestão em unidades de informação. Por fim, é essencial que a gestão de unidades de informação conte com processos de avaliação e acompanhamento constantes, conforme já apontado por Carneiro (1985), para que se possa analisar os resultados das políticas e ações desenvolvidas, identificar pontos fortes e fracos da unidade de informação e promover melhorias no trabalho.

Mesmo tendo muitos benefícios reconhecidos pela literatura, as técnicas e instrumentos de gestão parece não serem priorizados, por diferentes motivos. Um exemplo é o citado por Maciel e Mendonça (2000), quando relatam as inconsistências,

duplicidades, perda de recursos, entre outros problemas de cunho administrativos. Assim, a formalização de documentos administrativos é importante para manter tanto a qualidade do serviço quanto a continuidade dele.

Como já mencionado anteriormente, o documento administrativo que está em foco neste estudo é a Política de Indexação, que, dentre tantas outras políticas necessárias para o bom desenvolvimento das atividades em uma unidade de informação, se faz muito importante tendo em vista sua função administrativa, que tem como objetivos essenciais a qualidade na recuperação da informação e a satisfação do usuário, o que é o produto final de uma biblioteca universitária, por exemplo.

### 3 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO

Internacionalmente, a política de indexação teve origem nos estudos de Cooper (1978), e, no Brasil, de Carneiro (1985). Após esses autores, no cenário internacional, após um intervalo considerável, o interesse recomeçou com Frohman (1990). No Brasil, as pesquisas de relevância na área foram retomadas nos anos 2000, com Rubi e Fujita (2003), Guimarães (2004), Fujita; Rubi (2006), Fujita; Rubi; Boccato (2009), Gil-Leiva; Fujita (2012) e Dal'evedove; Fujita (2013). Explicando tal situação, Fujita; Rubi (2006) destacam que

[...] os estudos sobre política de indexação ficaram defasados por 15 anos diz respeito, principalmente, ao modo como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processo técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assuntos, somente de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Desse modo, a implantação de uma política de indexação é considerada desnecessária (Fujita; Rubi, 2006, p. 50).

Sobre Políticas, em uma definição mais ampla, Oliveira (1992, p. 389) a compreende como “um parâmetro para a tomada de decisão” e completa dizendo que “As políticas devem ser bem fundamentadas e consistentes, bem como baseadas em uma exploração muito bem feita das relações de trabalho na empresa”.

Almeida (2011, p. 6) indica que “[...] as políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão

estabilidade à organização”. Por sua vez, Koontz *et al.* (1987 *apud* Almeida, 2011, p. 1) acrescenta que as políticas permitem decidir questões previamente, evitando a repetição de análises, pois as políticas são guias de raciocínio que orientam a tomada de decisão, a ação, as regras e procedimentos que irão guiar o fazer.

A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa (Rubi, 2009, p. 83).

Assim, a política de indexação em bibliotecas é uma importante ferramenta com vistas a facilitar o acesso dos usuários aos documentos presentes em seu acervo, tornando a busca mais rápida e eficiente. Nesse sentido, Fujita (2012, p. 22) destaca funções e objetivos, pois afirma que “a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”.

Redigolo *et al.* (2012) destaca que a

[...] implementação de uma política de indexação pressupõe dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante, visto que é um processo retroalimentável por natureza (mudam os documentos, as áreas de interesse da organização, os perfis dos usuários, as linguagens de indexação etc. (Redigolo *et al.*, 2012, p. 76).

Elas ainda acrescentam que “a política de indexação influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais” (Redigolo *et al.*, 2012, p. 76).

Também Gil-Leiva e Fujita (2012) observam que

[...] a maioria das grandes instituições documentais deveria contar com uma política de indexação explícita com o objetivo de alcançar a máxima coerência possível nas tarefas de representação da informação. Uma política de indexação básica deveria contemplar a forma de realizar a indexação, o uso de vocabulários controlados e as listas de autoridades (identificadores, nomes de pessoas, nomes de lugares etc.), assim como mecanismos de revisão e avaliação (Gil-Leiva; Fujita, 2012, p. 122).

A política de indexação deve ser elaborada com cuidado, levando em consideração diversos aspectos, como as características do público-alvo, a natureza do acervo e as finalidades do serviço de informação. É importante que a política de indexação seja

coerente com os objetivos da biblioteca e que seja adequadamente divulgada para o público-usuário.

Carneiro (1985) sugere três requisitos necessários em uma política de indexação: identificação da organização do sistema de informação; identificação da comunidade de usuários; e a identificação dos recursos humanos, materiais e financeiros, requisitos estes que são o plano horizontal e se referem a atividades de gestão em uma unidade de informação, segundo Fujita (2012). Carneiro (1985) também indica como elementos de uma política de indexação: Cobertura de Assuntos; Seleção e Aquisição; Processo de indexação, com suas variáveis - Exaustividade, Especificidade, Revocação, Precisão e Linguagem – além de Estratégia de busca; Forma de saída; Tempo de Resposta do Sistema e Avaliação do sistema. O conjunto desses elementos formará um guia para a tomada de decisões, e deve levar em conta, segundo Carneiro (1985, p. 221), os seguintes fatores: “a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a oferecer; b) identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação; e letra c) recursos humanos, materiais e financeiros que delimitam o funcionamento de um SRI.” Assim, a elaboração de uma política de indexação exige estabelecer as diretrizes capazes de proporcionar a satisfação do usuário.

O capítulo seis do *Guidelines for Subject Access in National Bibliographies* publicado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA; Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), publicado em 2011, traz orientações sobre as políticas de indexação. Comentando sobre elas, Campanhã (2021, p. 51) destaca que

[...] podem ser consideradas diferentes versões da política, uma para uso interno, com orientações à equipe, e outra para usuários externos, disponibilizada na web. O guia observa que no caso de alterações na política, as versões anteriores também devem estar disponíveis e identificadas na web, pois a documentação das práticas anteriores facilita o reconhecimento das mudanças realizadas, a compreensão dos usuários sobre os diferentes tratamentos ocorridos e a busca por materiais antigos.

Segundo a autora, a “política também poderá orientar novos profissionais, evitando que sejam tomadas decisões díspares em casos de mudanças institucionais” CAMPANHÃ, 2021, p. 53).

## 4 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo se caracteriza como exploratória, descritiva e de abordagem qualitativa de análise, envolvendo como procedimento técnico o método da observação participante artificial, conforme classificação de Gil (2008). A observação participante artificial se constitui da inserção do pesquisador no convívio do fenômeno analisado, interagindo e compartilhando com os atores inseridos no cotidiano daquela situação. As três etapas utilizadas para a observação participante seguem os passos descritos por Queiroz *et al.* (2007, p. 279), a saber:

1. primeira etapa: aproximação com o fenômeno em estudo, quando o pesquisador deve ser aceito para realizar o estudo juntamente com o grupo de atores;
2. segunda etapa: visão da comunidade objeto de estudo, com a análise de documentos oficiais, da instituição, levantamento de autores, etc.;
3. terceira etapa: sistematização e organização dos dados, registrando a situação real e a percepção pessoal do pesquisador.

Na formalização da política de indexação será aplicada a proposta de Rubi (2012b), em três fases: preparação, desenvolvimento e avaliação, conforme descrito a seguir:

1. Preparação: fazer um diagnóstico inicial sobre a situação real;
2. Desenvolvimento: determinar diretrizes e decisões alinhadas aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização e do público-alvo;
3. Avaliação: avaliar a política de indexação implantada tendo em vista ajustes e melhorias.

## 5 RESULTADOS

Este estudo foi iniciado em fevereiro de 2023 e, desse modo, apresenta apenas resultados parciais. Foram desenvolvidas duas etapas: a primeira etapa da observação participante e a primeira etapa da formalização da política de indexação.

Na primeira etapa da observação participante, de aproximação do pesquisador com o fenômeno estudado, foram feitos encontros com os membros da equipe de

bibliotecários da biblioteca universitária Etelvina Lima para apresentar a proposta do projeto e verificar o interesse em formalizar a política de indexação da biblioteca. Nesses encontros, as três bibliotecárias da equipe se mostraram motivadas com o empreendimento, visto que estão passando por processo de adaptação no processamento técnico, pois a catalogadora responsável pela atividade se aposentou recentemente, em 2022. Durante o curto período em que as bibliotecárias da equipe estão assumindo as atividades do processamento técnico, em regime de escala, foram encontrados alguns obstáculos advindos de uma política de indexação registrada, que oriente a tomada de decisão na gestão da biblioteca. Também estão sendo observadas algumas inconsistências de indexação e de classificação que precisam passar por ajustes.

Na primeira etapa da formalização da política de indexação, de preparação, foi realizado um diagnóstico inicial para verificar a situação real da unidade de informação, com foco na sua estrutura organizacional, conforme instrumento proposto por Sousa (2020). Foram registrados dados tais como horário de funcionamento, documentos regulatórios, mecanismos de comunicação, recursos humanos e financeiros, atividades de planejamento e de avaliação. Observou-se que a rotina das atividades de gestão da biblioteca como um todo já existe, sendo que alguns estão registrados de modo não formalizado. Foi possível perceber que há questões que ainda não foram refletidas pela equipe e que são essenciais para a implementação formal das políticas de indexação.

## 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Sob a perspectiva de levantamento bibliográfico, é perceptível a necessidade da existência de instrumentos de apoio a gestão da unidade, gestão do conhecimento e gestão de procedimentos em uma unidade de informação, em especial as Políticas e entre elas a de indexação em suas duas possibilidades de aplicação, haja vista que elas são essenciais para uma gestão adequada e para o atendimento eficaz e eficiente da comunidade de usuários. Sob essa perspectiva, esta pesquisa contribuirá trazendo

insumos teóricos e metodológicos para as práticas de formalização desses instrumentos em unidades de informação.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

ANZOLIN, H. H. Rede Pergamum: história, evolução e perspectivas. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 14 n. 2, p. 493–512, 2009.

ARAÚJO, Luis Cesar G. de. **Organização e métodos**. São Paulo: Atlas, 1989.

BARRETO, Auta *et al.* **Gestão de unidades de informação**: manual. Curitiba: TECPAR/IBICT, 1997.

CAMPANHÃ, Thaís de Oliveira Sant'Anna. **Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos**: um estudo diagnóstico. 2021. 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Rio de Janeiro, 2021.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T.; MACEDO, V. A. A. (org.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CHINELATO FILHO João. **A arte de organizar para informatizar**. Rio de Janeiro: LTC, 1993.

CHOO, Chun W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

COOPER, William S. Indexing documents by Gedanken experimentation. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, v. 29, n. 3, p. 107-119, 1978.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2013.

FROHMANN, Bernd. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, London, v. 46, n. 2, p. 81-101, 1990.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. D. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, 2016. DOI: 10.1590/2318-08892016002800005 Acesso em: 10 jul. 2023.

FUJITA, Mariângela S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-30.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr. 2009.

GARCÍA-REYES, Carmen J. Gestión de unidades de información. In: VERGUEIRO, Waldomiro de C. S.; MIRANDA, Angélica C. D. **Administração de unidades de informação**. Rio Grande: FURG, 2007. p. 11-34

GIL-LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

GIL-LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena P.; FUJITA, Mariângela S. L. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-253, set./dez. 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens, teóricas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2004. Cap. 3, p. 43-52.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C.; WEIHRICH, H. **Administração: organização, planejamento e controle**. 14. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2008.

LUPORINI, Carlos Eduardo Mori. **Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O&M**. Barueri: Atlas, 1985.



MACEDO, S. M. S.; ORTEGA, C. D. **Unidades de informação**: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação, p. 326-347. DOI: 10.19132/1808-5245252.326-347. Acesso em: 27 out. 2023.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Cultura. **Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça**. Cuiabá: BPEEM, 2023.

NONATO, Rafael dos Santos. **Gestão da informação e sistemas de gestão de segurança da informação**: modelo para a garantia de disponibilidade em processos de contratação. 2022. 304f. Tese (Doutorado na área de concentração da Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte: PPGGOC/UFMG, 2022.

NUNES, C. O. I. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho de. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, L. P. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 39-58, 2017.

PINHEIRO, Lena V. R. FERREZ, Helena D. **Tesouro brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro., Brasília: IBICT, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. 276 p.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem-UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

RAMOS, P. A. B. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 1, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf..v25i1.671 Acesso em: 10 jul. 2023.

REDIGOLO, Franciele Marques *et al.* Elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 75-86, 2012.

RUBI, Milena Polsinelli. **Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação**: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-94.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012a. cap. 3, p. 107-120.

RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012b. cap. 7, p. 171-186.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SOUSA, Rosana de Vasconcelos. **Instrumento de diagnóstico organizacional para as bibliotecas do Instituto Federal do Ceará**. Juazeiro do Norte: [s.n.], 2020.

VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregorio. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Unesp, 2014. 194 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126218/ISBN9788579835865.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jul. 2023.

## NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- **Reconhecimentos**: Não se aplica.
- **Financiamento**: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).
- **Conflitos de interesse**: Não se aplica.
- **Aprovação ética**: Ainda não enviado.

• **Disponibilidade de dados e materiais:** Não se aplica.

• **Manuscrito publicado como *preprint*:** Artigo apresentado originalmente como trabalho completo no IV Fórum de Pesquisas Discentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (IV FORPED PPGOC), disponível em:  
<https://forped.eci.ufmg.br/revista/forped/index>

• **Contribuições dos autores:**

Contribuição	Brun, L. M.	Maculan, B. C. M. S.
Concepção do estudo	X	X
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	
Curadoria de dados	X	X
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	
Rascunho original	X	X
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração		X
Aquisição de financiamento		

• **Licença de uso**

Os autores cedem ao **Ciência da Informação Express – CIExpress** direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

• **Publicador**

Universidade Federal de Lavras (UFLA).

As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

**Editor do canal de comunicação e divulgação científica** **Ciência da Informação Express - CIExpress**

Nivaldo Calixto Ribeiro, Universidade Federal de Lavras (UFLA).

**Revisor de linguística**

As autoras

**Revisor de referências**

As autoras



## • Histórico

Recebido em: 24/11/2023

Aceito em: 22/12/2023

Publicado em: 10/01/2024

este formulário foi elaborado a partir das boas práticas sugeridas pela SciELO no seu formulário de conformidade com a Ciência Aberta e pelos formulário de Notas da Obra dos periódicos científicos: Encontros Bibli, AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento e do formulário Crédito da Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.